

## SÓ A ARTE NOS SALVARÁ DA MENTIRA?

Jeferson Ferro<sup>1</sup>

Resenha:

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018. (Edição Kindle)

Para Platão, a arte representava um perigo para a vida em sociedade, pois seu apelo às emoções nos afastaria da racionalidade, entendida por ele como o único caminho legítimo para encontrar a essência das coisas. Logo, o filósofo grego acreditava que a arte nos afasta da verdade do mundo. Coube a seu discípulo, Aristóteles, oferecer uma nova interpretação para o papel social da arte, conferindo-lhe a capacidade de, por meio da catarse, revelar verdades da alma humana que escapariam ao escrutínio metódico do pensamento filosófico. Desde então, o questionamento sobre a arte, espaço em que reinam as emoções, como instrumento de revelação ou ocultação da realidade, se tornaria um tema de debate duradouro, sendo reformulado por diferentes escolas da filosofia e da estética.

Não é difícil entender as razões pelas quais esta questão é tão importante; compreender o mundo ao nosso redor e definir no que acreditamos, e o porquê, sempre foi essencial à sobrevivência e ao desenvolvimento da humanidade. No regime informacional do século XXI, que transformou a internet no “tecido de nossas vidas”, como definiu Castells (2003), temos assistido à progressiva erosão da ideia de verdade como uma baliza para a atuação na esfera pública, em um contexto comunicacional em que as emoções têm se mostrado mais determinantes do que o raciocínio — tal como temia Platão, gerando novos desafios para o campo da comunicação.

O cenário atual passou a ser definido pelo descrédito generalizado à opinião dos especialistas, que teve como resultado a perda de credibilidade da assim chamada “opinião pública”, esfera de autoridade representada pelos discursos que circulavam nos veículos tradicionais da mídia. Diversos pesquisadores consideram esta situação um subproduto da agenda relativizadora do pós-modernismo (CALCUTT, 2017). A crítica incisiva de setores da academia às posições de autoridade e às teorias que ocupavam o posto de verdade consensual, diluindo o conceito de verdade objetiva, teriam resultado na validação de “versões alternativas”

---

<sup>1</sup> Professor do Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: jeferson.f@uninter.com

da realidade. O comportamento tribal, encarnado pelas bolhas de redes sociais, é o grande sintoma deste estado de coisas; produz-se, assim, efeitos políticos profundamente deletérios para a democracia, em um processo que substitui a busca por consensos — indispensáveis ao progresso, tanto na ciência quanto no jornalismo, pela valorização da subjetividade e pelo reforço da identidade de grupo.

A complexidade deste novo bioma informacional é analisada em detalhes pelo livro de Lucia Santaella. A renomada semiótica brasileira dialoga com pesquisadores do jornalismo, como Eugenio Bucci, e da filosofia, como Hanna Arendt, para construir um panorama crítico da questão da pós-verdade, expressão que já se tornou um clichê usado para definir o mundo atual, e de seus impactos para a democracia e a vida em sociedade. Neste trabalho, torna-se inevitável tratar de outros dois termos de uso também bastante comum, *fake news* e bolhas das redes sociais. Assumindo o ponto de vista que o problema das notícias falsas se trata de um fenômeno mais complexo do que a tradicional prática de deturpação dos fatos, comum aos jogos de poder ao longo da história humana, a autora assume a tarefa de “desatar analiticamente os fios em que as bolhas, as notícias falsas e a propalada era da pós-verdade encontram-se confusamente enroscados” (SANTAELLA, 2018, Kindle, Loc 60), conforme explica na apresentação da obra. Divido em seis capítulos, o livro é bem-sucedido na tarefa de analisar a problemática contemporânea da comunicação em diálogo com reflexões clássicas da filosofia, como o valor do conceito de verdade e sua relação com diferentes esferas da atividade intelectual.

Em seu primeiro capítulo, *O que as bolhas ocultam*, Santaella apresenta o que considera uma contradição irresolúvel da natureza das bolhas: se por um lado oferecem uma ilha de conforto e segurança em um mar de incertezas geradoras de ansiedades profundas, as bolhas se transformaram em fortalezas de versões alternativas da realidade e, em última instância, inviabilizam o funcionamento da democracia. Viver em sociedade implica na necessidade de partilhar de um dado conjunto de crenças a respeito do mundo que nos cerca — seja o valor de um conceito como o de estado democrático de direito, ou, ainda, de verdades históricas, como a existência de um período ditatorial na história recente do Brasil. É preciso haver um espaço para a negociação de consensos, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas e do diálogo surja uma interpretação razoavelmente harmônica da realidade.

Quando aprisionados pela dinâmica das bolhas, cujas fronteiras são firmemente sustentadas pelo mecanismo dos algoritmos, extremamente eficaz em prever comportamentos e desejos, nos tornamos narcisos infantilizados, incessantemente em busca de um espelho e

radicalmente avessos à voz do outro. A dinâmica de confirmação de crenças, por sua vez, acaba se tornando um poderoso veículo de manipulação das massas, uma vez que nos tornamos reféns de “crenças fixas” e “hábitos inflexíveis de pensamento” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 101), explica Santaella, ecoando o fundador da semiótica, Charles Sanders Peirce.

No entanto, uma questão se impõe: como furar as bolhas? Haverá um plano que possa resgatar a sociedade da arapuca da polarização maniqueísta operada pelos algoritmos? Santaella ainda não tem uma resposta objetiva à questão — alguém tem? — mas se esforça para propor caminhos a serem explorados. “Um dos maiores problemas relativos às bolhas consiste em que a grande maioria dos usuários das redes não tem a menor ideia acerca de como as mídias, especialmente as mídias digitais, funcionam” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 203). O caminho, então, passaria por duas estações: regulação das empresas de mídias sociais e educação do público consumidor.

Estas sugestões não chegam a ser novidade. Trata-se de duas alternativas que já vêm sendo debatidas há algum tempo, todavia, ainda com poucos avanços concretos. A disseminação de agências de checagem e a mudança na postura dos veículos de comunicação da chamada grande mídia, que passaram a evidenciar o caráter inverídico de certas afirmações de autoridades públicas, bem como a judicialização dos conflitos em torno da questão da disseminação de *fake news*, não parecem, por ora, ter surtido grande efeito no sentido de mitigar os efeitos deletérios das bolhas.

Entretanto, a autora quer nos convencer a evitar o catastrofismo, e na falta de opções melhores sugere três medidas concretas listadas por Schreder (2018): “(a) conheça seus vizinhos nas redes; (b) mantenha uma dieta midiática equilibrada; (c) navegue pelo *feed* de outras pessoas” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 222 apud SCHREDER, 2018). Diante do cenário no qual nos encontramos, parece pouco alentador acreditar no poder da educação midiática, especialmente no Brasil, país onde a educação básica é extremamente deficitária e parte significativa da população, devidamente munida por contas de WhatsApp, é formada por pessoas com baixo índice de alfabetização.

No segundo capítulo, *A propagação de notícias falsas*, Santaella toma a definição de Otávio Frias Filho (2018), célebre editor-chefe da Folha de São Paulo, como ponto de partida para a discussão sobre *fake news*: “toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política” (SANTAELLA, 2018, Kindle, Loc 355). Fica claro, portanto, que não há como dissociar *fake news* de pós-verdade:

enquanto essa expressão define o contexto geral em que os sistemas de crença perderam sua ancoragem, dissolvendo as noções de senso comum e ordem pública na democracia, aquela remete ao combustível que alimenta o mecanismo de isolamento de grupos de indivíduos, entrincheirados em suas tribos virtuais. As bolhas se tornaram as “cavernas platônicas” de nosso tempo. O jornalismo e a ciência, nos lembra a autora, dependem de uma capacidade mínima de crença compartilhada nos fatos do mundo, na alteridade, ou seja, no fato de que existe algo além de mim — e é esta crença que se encontra sob ataque.

No terceiro capítulo, *Uma era da pós-verdade*, a autora se debruça sobre as razões que fazem do atual cenário comunicacional um fato novo na história da mentira. Afirmar que vivemos em um mundo da pós-verdade significa entender que o conceito de verdade perdeu sua relevância. Contudo, há um paradoxo aqui: se a busca pelo verdadeiro é uma condição essencial ao progresso humano, é nossa habilidade para compartilhar ficções o que nos une enquanto espécie animal neste planeta, como bem lembra o historiador Yuval Harari, citado por Santaella. Destarte, não é possível formar sociedades minimamente funcionais sem “ficções compartilhadas”. O que nos levaria a perguntar: por que, então, precisamos da verdade?

Santaella é um semioticista peirceana, e como tal entende que existe um mundo além das formas de representação, encarnadas em signos imperfeitos que nos possibilitam apreender retratos apenas parciais da realidade. Trata-se aqui, portanto, de um problema de sentido, de direcionamento. A busca pela verdade é um norte que guia a ciência e o jornalismo em suas trajetórias de compreensão do mundo. Abdicar desse ponto cardinal significa embarcar em uma nau eternamente à deriva, guiada pelos ventos da vontade irracional, das emoções que subjagam a razão, em movimentos de alcance curto e imediatista. É esse o cenário em que circula a informação nos tempos da internet, um ambiente em que “os veículos ultrapartidários dão conta de distorcer [a realidade] formando ecossistemas nebulosos quanto aos fatos, mas potentes na inculcação confirmadora de crenças” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 556). O mecanismo das redes foi desenhado para manter as pessoas o maior tempo possível interagindo em suas plataformas, e para isso segue a receita de reforçar o familiar e rejeitar o estranho, tendo como consequência direta a intensificação das posições polarizadas.

Ainda no terceiro capítulo, Santaella resume com propriedade a chamada *Guerra das Ciências*, termo que designa o confronto acadêmico entre cientistas que mantêm a noção de verdade no horizonte de suas atividades intelectuais, e aqueles que passaram a se dedicar à sua relativização. Para tal, resgata o papel de Bruno Latour nesse debate, sociólogo francês que se tornou uma das principais vozes do grupo chamado CTS (ciência, tecnologia e sociedade), “que

se notabilizou pela defesa de que fatos não existem em si, mas são construídos por comunidades de cientistas” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 621). Recentemente, Latour sentiu-se obrigado a reconhecer que a posição filosófica do antirrealismo na ciência acabou dando munição para a própria negação da ciência, com resultados indesejáveis.

É no quarto capítulo, *A reivindicação da verdade no jornalismo*, que Santaella centraliza essa discussão no campo da comunicação. Antes de mais nada, é preciso admitir que se a busca pela verdade é um princípio ético que define a própria razão de ser da atividade jornalística, por outro lado sabemos como o jornalismo foi (e continua sendo) usado historicamente para fins políticos, em franca contradição a este princípio. Some-se a isso o reconhecimento de que toda tentativa de apreensão da realidade é sempre incompleta, ao menos em alguma medida, e o que nos resta é definir um princípio que guiará nossas atitudes diante dos fatos. Portanto, é preciso categorizar a mentira de forma mais detalhada; para tal, a autora recorre aos termos da língua inglesa *disinformation* e *misinformation* — enquanto este se refere ao ato acidental de se compartilhar uma informação equivocada, o primeiro diz respeito à intenção de levar as pessoas a acreditar em algo que se sabe inverídico.

No entanto é preciso reconhecer que, mesmo guiados pelo princípio ético da procura pelo verdadeiro, não é possível livrar-se definitivamente da subjetividade e da imprecisão da comunicação, o que implica reconhecer que a atividade jornalística luta por um espaço de equilíbrio entre o dever da busca pela verdade e o reconhecimento de sua natureza humana e subjetiva. Como explica a autora, “nenhuma comunicação entre indivíduos pode se livrar da vagueza, pois estamos destinados a interpretar e a interpretação sempre envolve nossos desejos e seus conflitos” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 737). No entanto, reconhecer que a atividade jornalística carrega as contradições da subjetividade humana não significa que a verdade deixa de ser relevante; logo, tão importante quanto procurá-la é o que se decide fazer com seus fragmentos quando estes nos chegam às mãos.

No capítulo seguinte, *A verdade fatural e o jornalismo*, Santaella aprofunda a questão pelo viés filosófico, partindo das reflexões de Hanna Arendt. Para a filósofa alemã, ainda que todo relato dos fatos seja em alguma medida interpretativo, a atividade da comunicação exige que possamos distinguir entre fatos, opiniões e interpretações. A mentira seria, em sua essência, a negação de uma verdade fatural, entendida como a existência de acontecimentos do mundo que são independentes da representação.

Estabelecendo um paralelo entre a reflexão de Arendt e a semiótica peirceana, Santaella afirma que a verdade fatural é aquela que designamos por signos indiciais, os que possuem uma

relação existencial com seu objeto. Portanto, “o fato, o acontecimento, a situação a que o discurso se reporta são indestrutíveis. Inegavelmente, ocorreram. A tarefa do jornalismo é reportar, trazê-los à luz por meio de interpretações tanto quanto possível lúcidas” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 807).

Quando se trata de envolver a verdade com a política, entra em jogo um novo elemento: as relações de poder. A atividade política, frequentemente, coloca os interesses dos que exercem o poder em conflito com o princípio ético do respeito à verdade. Em vista disso, Arendt nos alerta para a fragilidade da verdade fatural que depende dos dispositivos de memória para sobreviver, sem os quais pode ser facilmente distorcida e manipulada para fins políticos. Para a filósofa, o pensamento político deve se basear na verdade fatural, e a liberdade de expressão, que garante o direito a diferentes interpretações dos fatos, depende da própria aceitação de sua existência.

Não por acaso, a expressão “fatos alternativos” é outro signo indicativo da crise comunicacional que caracteriza o mundo da pós-verdade. A expressão foi pronunciada por Kellyanne Conway, assessora de imprensa do então presidente Donald Trump, ao justificar uma afirmação dele de que o público presente à sua cerimônia de posse havia sido maior do que o de Obama, seu antecessor (WEDGE, 2017). Tratava-se, claro, de uma mentira, em flagrante contradição com a verdade fatural daquele momento histórico, registrada em inúmeras imagens. Como diz Santaella, parafraseando o alerta de Arendt sobre a fragilidade da verdade fatural, se os fatos “não forem gravados em algum tipo de memória, viram poeiras perdidas no tempo” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 857), situação em que se tornam vítimas fáceis da distorção da verdade para fins políticos.

A autora não chega a trazer exemplos deste debate sobre a verdade fatural em nossa sociedade, o que certamente seria interessante para aprofundar a discussão do tema para o público brasileiro. Um bom caso e análise seria o trabalho da *Comissão Nacional da Verdade*, instituída em 2011 pela presidente Dilma Roussef, que assumiu a tarefa de resgatar um pedaço importante da história brasileira, dando voz às vítimas de abusos cometidos pela ditadura militar e criando documentos históricos a partir de tais relatos. Trata-se de um exemplo claro de como essa luta pela verdade fatural é um ponto central nos embates políticos — basta lembrar que o atual presidente da república costuma repetir em público que não houve ditadura no Brasil, prova de que esta questão está longe de ter sido pacificada em nossa sociedade.

Seria o compromisso com a verdade fatural incompatível com a atividade política? Eugenio Bucci, em sua interpretação de Arendt, afirma que sim: “aqueles que buscam a verdade

fatual devem estar situados fora da política” (SANTAELLA, 2018 Kindle Loc 875 apud BUCCI, 2018, p. 25). Isto significa dizer que tanto o jornalismo quanto a ciência só estarão cumprindo seus papéis enquanto o comprometimento com a verdade fatual for mais forte do que suas inclinações políticas.

No sexto e último capítulo, *Outras verdades*, Santaella dedica-se a explicar, por meio da semiótica, porque a ideia de “pós-verdade” — como um princípio intelectual — não se sustenta na filosofia, nas ciências e nas artes. Na ciência, a aceitação de um determinado dado, conceito ou teoria como sendo “verdadeira” é sempre provisória, e nasce de um processo aberto de observação e questionamento sobre os fatos do mundo. Nesta lógica, não faz sentido abdicar do conceito de verdade, primeiro porque a busca da verdade é um movimento, e segundo porque a verdade que se encontra nunca é definitiva. Como já explicava Peirce, no final do século XIX, o método da ciência depende de: “a) ter, de fato, levado ao estabelecimento de teorias amplamente aceitas; (b) o de nos forçar a atentar para a permanência externa das coisas, isto é, atentar para a evidência de que a realidade insiste” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 954).

Aceitar que existe um mundo além da representação, e que a representação se orienta pela busca de seus sentidos verdadeiros, implica, do ponto de vista filosófico, em uma obrigação ética de sermos honestos em relação à verdade. E essa honestidade é um ato de coragem: “[...] mas por que a verdade exige coragem? Se ela funciona como norte da sabedoria, a verdade precisa ser dita, em quaisquer circunstâncias, mesmo quando expressá-la está cercado de perigos” (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 984), explica a autora.

Por fim, no subcapítulo em que aborda a relação da arte com a verdade, tema tradicionalmente muito espinhoso, Santaella brinda o leitor com uma reflexão de grande beleza filosófica. Na concepção peirceana das três instâncias fenomenológicas da percepção — Primeiridade, Secundidade e Terceiridade —, por sua vez determinantes das três categorias fundamentais dos signos — icônico, indicial e simbólico — entende-se que a arte está no universo dos signos icônicos, pertencentes à Primeiridade, cuja característica definidora é a de carregarem um potencial de interpretação em aberto. Como a autora explica, cabe à arte nos fazer “[...] olhar com olhos novos o mundo ao redor e sonhar com mundos possíveis, aqueles que poderiam e deveriam ser, eis por que o único compromisso das artes com a verdade é enunciar e fazer ver verdades possíveis” (SANTAELLA, 2018, Kinde Loc 1010).

Apesar de não estar condicionada à verdade fatual, tão cara ao jornalismo e à ciência, ou ainda à verdade racional, território da filosofia, a verdade da arte é aquela que nos toca de maneira mais íntima e profunda, argumenta a autora:

Ao abrir linhas de fuga da banalidade e dos clichês, muito especialmente no mundo contemporâneo sobrecarregado de mensagens midiáticas, produtos estereotipados de consumo simbólico que circulam pelos dispositivos de subjetivação, as artes e a literatura funcionam como as barreiras mais intransponíveis contra a invasão da pós-verdade, pois é difícil enganar sensibilidades regeneradas (SANTAELLA, 2018, Kindle Loc 1019).

Ainda que nos faltem remédios eficientes para tratar a doença comunicacional que aflige as democracias na atualidade, as ferramentas para entendermos seu mecanismo e suas consequências estão disponíveis no trabalho de filósofos e teóricos da comunicação. O livro de Santaella cumpre a tarefa de apresentá-las de forma clara e compreensiva, sem cair no simplismo. Por fim, nos lembra de que a arte pode ser um espaço comunicacional privilegiado para nos guiar na tarefa de compreensão do mundo quando os caminhos mais óbvios da racionalidade se encontram bloqueados. Ao contrário do que gostaria Platão, talvez seja exatamente a arte o instrumento de que mais necessitemos para furar as bolhas e recuperar a capacidade do diálogo neste momento conturbado da história.

## Referências

CALCUTT, Andrew. The surprising origins of ‘post-truth’ – and how it was spawned by the liberal left. **The Conversation**, [S.l.], 18 nov. 2016. Disponível em: <https://theconversation.com/the-surprising-origins-of-post-truth-and-how-it-was-spawned-by-the-liberal-left-68929>. Acesso em: 10 out. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEDGE, Marllyn. The Historical Origin of "Alternative Facts". **Psychology Today**, [S.l.], 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/us/blog/suffer-the-children/201701/the-historical-origin-alternative-facts>. Acesso em: 20 out. 2021.